

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA TERRITORIAL DO PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA – REGIONAL II
(AP-04)**

Aos sete dias do mês de junho do ano de 2006, às 18h e 30 minutos, na Escola José Ramos Torres de Melo, localizada na Rua, Abolição N° 3984, no Bairro Mucuripe, em Fortaleza-Ceará, foi declarada aberta a audiência pública territorial da área de participação (AP 4) do Plano Diretor Participativo, da Secretaria Executiva Regional II, composta dos Bairros Cais do Porto, Cidade 2000, Cocó, Dunas, Mucuripe, Papicu, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Varjota e Vicente Pizon. Paula Rabelo, da SEPLA, abriu a Audiência Territorial e comunicou que as inscrições e estão sendo feitas na entrada do Colégio desde às 18 horas, e que existe uma equipe de técnicos do Plano Diretor, liderada pelo Arquiteto Marcelo Gondim, para receber as propostas, tirar dúvidas e orientar as pessoas. Em seguida leu os avisos, e as informações contidas no Regimento da Audiência Pública Territorial da Área de Participação 4, e anunciou a presença do Sr. Carlão, do Núcleo Gestor do Plano Diretor Participativo de Fortaleza. Paula orientou aos presentes ao informar que cada pessoa que se inscrevia, estava recebendo uma cédula de votação, e que essa cédula seria utilizada para que as pessoas presentes pudessem votar e escolher delegados territoriais dessa AP. Em seguida, José Meneleu Neto, Secretário Municipal de Planejamento e Orçamento e Membro do Núcleo Gestor, saudou os presentes e falou da presença dos integrantes do MCP e da organização Arte Viva, que vieram participar dessa audiência territorial e, ao mesmo tempo, apresentar propostas. José Meneleu ressaltou que esse é um momento de grande importância para os moradores dessa cidade, principalmente quando se reúnem os técnicos da prefeitura, os representantes dos movimentos sociais e a população dos bairros dessa Área de Participação, no sentido de debater e construir uma Fortaleza com mais qualidade de vida, mais humana e mais justa para todos. Meneleu explicou que o Plano Diretor Participativo será um instrumento que vai orientar o governo municipal, no que diz respeito as prioridades de investimentos públicos em relação ao desenvolvimento urbano, como por exemplo, em que áreas da cidade devem ser implantadas as ZEIS-Zonas Especiais de Interesse Social, em locais da cidade podem ser construídos os conjuntos habitacionais ou mesmo os equipamentos de saúde, educação e lazer. Meneleu explicou que a participação popular é uma exigência da lei, que ficou conhecida como Estatuto da Cidade e que o Plano Diretor visa possibilitar um crescimento ordenado e justo, por intermédio de uma política racional de uso do solo, de acordo com os preceitos da reforma urbana e do direito à cidade, preconizados na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. Meneleu informou que foi realizado em 8 de abril o 1º Fórum do Plano Diretor Participativo - A cidade que temos, que foi a apresentação e o debate dos resultados das leituras técnica e comunitária, em um diagnóstico da cidade, quando foram negociados os eixos prioritários do Plano Diretor pelos diversos atores da sociedade de Fortaleza, e que vocês vão ter a oportunidade de apresentar propostas em cima desses eixos. Falou ainda que outros momentos acontecerão como o segundo fórum, as cinco audiências temáticas e por fim o Congresso do Plano Diretor. Para concluir, o Secretário Meneleu informou que a prefeitura enviará para a Câmara Municipal a Lei pactuada com os diversos segmentos sociais, e que aquela Casa irá discutir, debater e aprovar o Plano Diretor Participativo.

Após a explanação do Sr. Secretário de Planejamento a assessora técnica da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o Arquiteto Daniel Rodrigues, do Habitafor, falou que de acordo com o Regimento as audiências públicas territoriais tem como objetivo: discutir e propor políticas, estratégias, planos e programas de atuação administrativa; afirmar o papel da população no desenvolvimento da cidade, propiciando a participação efetiva da sociedade através da apresentação de propostas e eleger delegados para o Congresso do Plano Diretor Participativo. Falou ainda que o Plano Diretor Participativo faz parte do processo de planejamento municipal, e que entre outros instrumentos, temos o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual. Em seguida, Daniel Rodrigues utilizou os slides que foram preparados para a apresentação nas Audiência Territoriais. Daniel fez a apresentação dos Eixos Estratégicos, um dos dos produto do I Fórum do PDPFor Daniel explicou que o Plano Diretor é um instrumento norteador da política de desenvolvimento urbano municipal, e tem um significado: orientar o crescimento e a organização dos espaços urbano, de modo que, a cidade e a propriedade urbana cumpram a sua função social. Falou do Eixo um Acesso Democrático à Terra e à Habitação Regularizada, que tem como objetivo a promoção: a regularização fundiária; a produção de habitação de interesse social, aplicando os instrumentos que garantem a função social da cidade. Falou ainda que a política de habitação e regularização fundiária tem como diretrizes principais a democratização do acesso à terra urbana e à moradia digna a todos os habitantes da cidade e, em especial, à população de baixa renda, com melhoria das condições de habitabilidade, acessibilidade, preservação ambiental, qualificação dos espaços urbanos e oferta de serviços públicos. Daniel Rodrigues explicou o eixo dois “Ordenar o Crescimento Urbano e Promover a Cidade Acessível”, que está relacionado com o controle da expansão urbana com adequados padrões de ocupação, garantindo acessibilidade com mobilidade urbana, e ainda o eixo três “Promover uma Cidade Sustentável para as Futuras Gerações”, no sentido de conciliar o desenvolvimento urbano com a dimensão socioambiental, promovendo a qualidade de vida e justiça social. Por sua vez o eixo quatro - “Gestão Democrática da Cidade” está relacionado com o propósito de se construir a gestão democrática da cidade, elevando a capacidade de participação da população no planejamento, gestão e financiamento da cidade. Daniel explicou o eixo cinco - “Cidade de Oportunidades para Todos” que está relacionado com a promoção do acesso da população às oportunidades de desenvolvimento econômico, social e de consumo da cidade. Daniel explicou que Outorga Onerosa é um dos instrumentos de controle do crescimento urbano, por exemplo, um empresário pode construir um prédio de quatro andares, caso ele queira construir além disso, então ele paga por esse espaço a mais, o dinheiro arrecadado será redirecionado para criar conjuntos habitacionais, melhorar os serviços públicos que beneficie a população em geral. Terminada a apresentação foi iniciado o processo de inscrição para a eleição dos delegados e delegados territoriais. Paula Rabelo esclareceu que cada candidato teria dois minuto para a apresentação de sua proposta e que seria por ordem de inscrição, uma vez que cada candidato ou candidata recebeu uma placa com um número, para ser indicado pelos eleitores. Evanice Neta, da SEPLA, leu dois artigos do regimento referentes à escolha de delegados nesta audiência pública territorial, e informou que conforme o Regimento e que de acordo com o número de inscritos na Audiência, que foi de cento e setenta e seis participantes, essa Área de Participação poderá eleger até dez delegados. Foi iniciado o processo de eleição dos delegados e delegadas, sendo que cada pessoa depositava na urna a cédula devidamente rubricada. Após o processo de votação e na presença dos fiscais escolhidos pela população, foram abertas as urnas e iniciada a apuração, que resultou em dez delegados territoriais eleitos. Os candidatos eleitos foram Antônia Ayla Mesquita de Oliveira, Antônio Gomes Macena Neto, Francisco Carlos da Silva, Jairo César Oliveira, Liduína Maria José Lima da Silva, Lucimeire Calandrine Ribeiro, Maria Assunção Araújo, Maria Assunção de Carvalho, Maria do Socorro Santana e Maria Lucirene Ferreira de Sousa. Em seguida, depois de

anunciado o resultado da eleição de delegados territoriais, foi dada por encerrada a Audiência Pública Territorial da Área de Participação (AP 4). Nada mais havendo a tratar eu, Evelyne Sales Melo, lavrei a presente ata que será assinada por José Meneleu Neto, Secretário de Planejamento e Orçamento do Município, Francisco Carlos da Silva, do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Fortaleza. Fortaleza, 07 de junho de 2006.

José Meneleu Neto
Secretário de Planejamento e Orçamento do Município

Francisco Carlos da Silva
Núcleo Gestor do Plano Diretor de Fortaleza